

# OS REMANESCENTES DE QUILOMBO DO RIO ANDIRÁ E A LUTA PELA DEMARCAÇÃO DO TERRITÓRIO

*João Siqueira\**

## **Do pedido de regularização fundiária e morosidade do processo**

Oficialmente reconhecidas em outubro de 2013 pelo Estado brasileiro<sup>1</sup>, as comunidades de quilombo do rio Andirá, situadas no município de Barreirinha, vivem, nesse momento, a expectativa do início dos trabalhos que constituirão o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território - RTID, a ser realizado pelo INCRA/AM-SR/15. Ao todo, são cinco comunidades que obtiveram da Fundação Cultural Palmares - FCP o certificado de reconhecimento das suas especificidades étnicas. As comunidades Boa Fé, Ituquara, São Pedro, Trindade e Santa Tereza do Matupiri agora aguardam pelo início do trabalho técnico que apontará a área a ser demarcada e titulada conforme preceitua o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Com base nesta informação inicial poderia se pensar que o processo que deu visibilidade à situação que envolve essas comunidades transcorrerá até aqui de forma ágil, sem transtornos e/ou conflitos. No entanto, importa ressaltar que, juntamente com a caminhada, a luta e a ação de reivindicação do direito constitucional empreendida pelo grupo, surgiram problemas diversos e vários obstáculos se interpuseram complicando e ao mesmo tempo emperrando o encaminhamento da sua ação reivindicatória. Questões relacionadas à organização interna, à articulação e mobilização entre as unidades sociais e, concomitantemente, o excesso de zelo burocrático das instituições responsáveis pelo trâmite do pedido contribuíram significativamente para tornar este processo tenso, demorado, permeado por dissidências e até conflitos internos.

---

\* Antropólogo vinculado à Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Amazonas – DFDA/AM.

<sup>1</sup> Cf. Portaria nº 176, de 24/11/2014, publicada no DOU, em 25/11/2014.

A reivindicação do grupo teve início há, pelo menos, seis anos atrás. Em dezembro de 2007 foi protocolada, na Superintendência Regional do INCRA no Amazonas, uma solicitação de reconhecimento das comunidades de São Pedro, Boa Fé, Santa Tereza do Matupiri e Trindade. Embora mencionasse todas estas comunidades na referida reivindicação, o pedido foi subscrito por apenas dois moradores. O primeiro, João Jorge de Castro Rodrigues, apresentava-se como morador da comunidade de São Pedro e, o segundo, Efraim de Castro, morador da comunidade de Boa Fé. A respeito da situação que fundamentou o referido pedido de reconhecimento, oferecendo teor à reclamação interposta ao INCRA, ainda poderia ser ressaltado que esse grupo de comunidades já havia sido visitado por uma equipe do INCRA/SR-15/AM, no período de 03 a 06 de dezembro de 2005. Em síntese, constata-se que pelo menos dois anos antes do encaminhamento deste pedido pelos moradores já citados, o INCRA já tinha conhecimento da manifestação desse grupo que procurava se organizar, enquanto sujeitos históricos presumíveis, com vistas a reivindicar o direito às terras tradicionalmente ocupadas.

E qual a questão com a qual o grupo se depara desde então para assegurar esse direito? Aqui poderia ser mostrado que, na verdade, trata-se de um conjunto singular de problemas ligados à interpretação e aplicação do instrumento legal que regulamenta a ação associada às dificuldades de acionamento deste dispositivo pelos principais interessados. Mas, a questão central, pelo menos no momento inicial do processo, certamente reside nas instituições responsáveis pela condução das ações de reconhecimento do fator étnico e da identificação e demarcação das terras tradicionalmente ocupadas. Respectivamente, a Fundação Cultural Palmares – FCP e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. No caso dos remanescentes quilombolas do rio Andirá, o relato dos técnicos do INCRA que estiveram nas comunidades no final de 2005 informa que “houve dificuldades tanto de entendimento do próprio grupo quanto de ordem técnica para dar prosseguimento ao trabalho de campo”<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Trecho extraído do relato pronunciado pela então coordenadora do serviço de regularização de território quilombola do INCRA-SR/15-AM.

Quando estive pela primeira vez na área, entre final de julho e início de agosto de 2008, com objetivo de observar e coletar alguns dados para elaboração de um documento preliminar sobre o grupo, a situação que constatei era das mais adversas à continuidade do modo de vida tradicional das unidades sociais, que se revela muito alicerçada na integração, coletividade e prática da reciprocidade. Notadamente, dois graves problemas sucediam-se num só movimento de desintegração das comunidades erodindo antigas relações sociais e ecológicas até então preservadas por seus moradores. Um desses problemas consiste no avanço de um processo intensivo da apropriação e concentração das terras da área por empreendedores externos ligados, principalmente, às atividades de exploração madeireira e de pecuária. Outro sério problema registrado à época diz respeito à precariedade das condições materiais de existência e o notório abandono das comunidades pelo poder público, com uma exclusão social que atingia quase a totalidade dos moradores, dos serviços mais básicos garantidos pela Constituição Federal. Não é preciso grande esforço de raciocínio para abstrair o alto grau de vulnerabilidade social a que estavam sujeitas as famílias destas comunidades rurais. Na ocasião, considerei que esse aspecto situacional deveria compor a tônica do meu registro de campo.

“(…) Entre as quatro comunidades visitadas, a situação observada que se revelou mais dramática e deplorável, do ponto de vista da dignidade humana, refere-se à comunidade Trindade (...). Trindade é a menor comunidade do grupo e nela habitam cerca de 70 pessoas. Em Trindade, as crianças não vão à escola porque lá não existe escola nem professor; elas também são acometidas e não tratadas de várias doenças porque não há sequer um agente de saúde na comunidade; as mães não têm assistência médica e por isso estão sempre correndo risco de vida durante toda a gravidez. Na absoluta maioria dos casos, elas também não recebem auxílio maternidade e encontram-se excluídas dos programas sociais pelo simples fato de não possuírem documento.” (Siqueira, 2008.)



*Foto 1: Moradores reunidos em Matupiri, 2008.*



*Foto 2: Moradores reunidos em Trindade, 2008*

### **Aspectos constituintes da historicidade do lugar**

Segundo informações colhidas em arquivos da Associação de Moradores da Comunidade Matupiri, um grupo de negros fugidos constitui o marco da formação e da especificidade sociocultural destas comunidades. De acordo com esta fonte, por volta de 1878, esse grupo escravizado teria conseguido fugir de um navio negreiro que se dirigia para o estado do Pará, chegando até onde hoje se localiza a Vila Amazônia, em Parintins. Nesta área instalaram-se inicialmente todos os fugitivos, dando início a uma ocupação provisória da região que situava-se distante dos centros onde operava o regime opressor que caracterizava a escravidão.

Mais tarde o grupo se dividiria, dando origem a grupos menores de base familiar. Um destes grupos seguiu viagem, em companhia de um comerciante da região, subindo o rio Amazonas até uma localidade onde hoje se situa a cidade de Barreirinha. Tratava-se dos irmãos Manuel Benedito Rodrigues da Costa e Duluvico Rodrigues da Costa, que acompanhados dos primos Manaol Trindade Rodrigues e Tereza Albina de Castro, instalaram-se nesta nova localidade. Porém, o pequeno grupo liderado pelos irmãos Rodrigues da Costa também não permaneceria nesta localidade por muito tempo. Temendo uma possível investida dos seus antigos algozes com objetivo de capturá-los, o grupo buscou novo refúgio dirigindo-se para dentro do rio Andirá.

Como informam os relatos que se reportam à chegada desse grupo ao rio Andirá, seus membros viviam receosos e temiam uma eventual recaptura. Esta situação de insegurança fazia com que eles se deslocassem constantemente de uma localidade para outra procurando refúgios mais seguros em diversas cabeceiras dos rios da região. Assim sendo, alguns anos mais tarde o grupo chegaria a um lugar que lhe pareceu seguro o bastante para lá fundar um pequeno povoado a que se deu o nome de Santa Tereza do Matupiri. O nome era uma livre homenagem à senhora Tereza Albina, integrante e também matriarca do grupo que já há algum tempo havia adotado o catolicismo. Segundo os relatos, esse grupo de negros, que antes não passava de três ou quatro famílias, havia se reproduzido e por essa época já constituía num grupo considerável de pessoas.

### **Da persistência das lideranças na retomada da ação reivindicatória**

Em meados de novembro de 2014, retornei à área a convite da Federação das Organizações de Quilombolas do Município de Barreirinha - FOQMB, entidade que representa a organização do conjunto de comunidades quilombolas do rio Andirá. No pedido encaminhado informava que eu deveria participar de conversas e de reuniões com os moradores nas comunidades sobre o pedido de regularização já encaminhado ao INCRA/SR-15. Agora as comunidades já não eram apenas quatro; uma articulação com mobilização efetiva das novas lideranças havia possibilitado a inclusão da comunidade Ituquara, que no primeiro ato reivindicatório do grupo ficara de fora, embora se reconhecesse sua estreita ligação sociocultural e histórica com as demais comunidades.

Por diversas razões considerei esta visita significativamente relevante. Na condição de antropólogo vinculado à Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário - DFDA/AM ressalto que fui questionado diversas vezes pelas lideranças e demais moradores sobre a letargia que, indiscutivelmente, tem caracterizado o andamento do processo de regularização das suas terras. Obviamente, não havia somente insatisfação nas reclamações feitas nesse momento; de certo, havia também angústia, mas, sobretudo, tenacidade na forma como boa parte dos moradores se posicionou diante dos obstáculos e do que eles consideravam como inércia institucional. Quando numa reunião comentei, com base numa experiência de perto de

dez anos, sobre alguns entraves institucionais que lamentavelmente costumam acompanhar os pedidos de regularização, procrastinando e tornando praticamente indefinida a ação de titulação das terras de quilombo, não notei alteração na postura da maior parte dos moradores presentes, mas, ao concluir minha fala, percebi um número considerável de pessoas jovens que se portava não apenas atento aos pronunciamentos, mas também intervindo e trocando informações entre si. As lideranças do movimento que encontrei nesta última visita também se mostram mais interessadas na aproximação do diálogo e numa maior interação com as novas gerações.

Observa-se que atualmente vários membros, entre os que integram as diretorias das associações nas comunidades, são pessoas jovens, com média de idade em torno de 20 anos. Essa parcela de moradores divide o seu tempo entre a formação escolar, a atuação em atividades de organização comunitária e o trabalho doméstico ou de sustentação econômica e familiar. Sem dúvida, esta é uma excelente reação às sucessivas tentativas de desmobilização do grupo por terceiros, que visam fundamentalmente o atravancamento do processo de demarcação das terras para daí tirar proveito pessoal e econômico.



*Foto 3: Moradores reunidos em Matupri, Nov/14.*



*Foto 4: Moradores reunidos em Boa Fé, Nov/14.*

Atualmente, nas cinco comunidades, vivem 210 famílias constituídas na sua totalidade por membros que possuem, como principal eixo de ligação entre si, uma extensa rede de parentesco e de relações afetivas. Essas famílias têm na pesca e no cultivo da banana, do abacaxi, do açaí, da cana-de-açúcar, do milho e da mandioca,

além de alguns produtos que são retirados das florestas como cipós e óleos vegetais sua principal fonte de reprodução das suas condições de existência. Nesse aspecto cabe ressaltar que a mandioca cultivada para produção da farinha e outros derivados e a banana, são os produtos mais comercializados na sede do município. Eles se constituem, portanto, não apenas em importantes produtos de consumo interno, mas também peças fundamentais na geração de renda nestas comunidades. Desse modo, a drástica redução da área das terras produtivas cultivadas juntamente com a impossibilidade de acesso aos recursos naturais tradicionalmente usufruídos, como se desenha na atualidade, constitui-se na maior ameaça à continuidade deste grupo de formação e tipo organizacional diferenciado. Por isso, é possível cogitar que a notícia divulgada pelo INCRA na última semana de março deste ano, dando conta da nomeação da equipe responsável pela elaboração do RTID, tenha soado como nota de alento para as famílias quilombolas do rio Andirá.

\*\*\*

## REFERÊNCIAS

- SIQUEIRA, J. Identidade e terras de quilombo na Amazônia. 27ª Reunião Brasileira de Antropologia/ABA. Belém, 2010.
- \_\_\_\_\_, Relatório preliminar sobre as comunidades de Trindade, São Pedro, Boa Fé e Matupiri, no município de Barreirinha. Manaus, INCRA/SR-15/AM, 2008.